

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Curso de Mestrado Acadêmico  
AUTORA: Adriana Corrêa de Freitas Melo.



ORIENTADORA: Professora Doutora Sônia de Oliveira Câmara Rangel.

## **Profissão professora: as representações do gênero feminino na docência no Colégio Municipal Amaral Peixoto (2000-2013)**

### **RESUMO**

O presente projeto de dissertação de mestrado visa investigar as representações do gênero feminino na docência das professoras do Colégio Municipal Amaral Peixoto. Fundado em 23 de março de 1953 no Município de São Gonçalo, o colégio vem se dedicando ao Ensino Fundamental, jovens, adultos, crianças e desde 2006 atendendo também a alunos com necessidades educativas especiais. Com a pesquisa pretendemos entender como a docência, hegemonicamente desempenhada por mulheres vem sendo percebida e construída na instituição. Buscamos ainda perceber quais as implicações da atuação das professoras de apoio especializado nas representações da docência na instituição. A partir do levantamento e da análise das fontes documentais objetivamos por um lado, problematizar como as representações dos papéis femininos vieram se constituindo na instituição e, por outro, investigar as implicações do conceito de gênero no exercício da docência, sobretudo na função de professora de apoio. Na pesquisa adotaremos a abordagem qualitativa com a metodologia da pesquisa histórica com ênfase no mapeamento, seleção e análise de documentos. Como fontes primárias analisaremos livros de registros da supervisão, fichas cadastrais dos docentes, atas de resultados, censo escolar, fontes iconográficas e publicações sobre a instituição. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professoras de referência e de apoio especializado da instituição. Como referencial bibliográfico trabalharemos com Louro (2012), Badinter (1985), Nóvoa (1999), Chartier (1990) e Ferreira (2003), entre outros.

Palavras- chave: docência, gênero, professora de apoio.

### **Resumo Expandido**

#### **PROFESSORAS DE APOIO: MULHERES QUE CUIDAM?**

As iniciativas para atender alunos com necessidades educativas especiais na Rede Municipal em São Gonçalo começaram em 2001, quando a gestão municipal constituiu a Coordenação da Educação da Educação Especial e começou a ser elaborado o projeto do Centro de Inclusão Municipal/CIM. No Ano de 2007 o CIM começou de fato a existir a partir da homologação e publicação da Lei 103/2007 que preconiza suas

atribuições nos incisos do artigo 2º:

I-tornar-se um Centro de Referência em Inclusão Escolar no município de São Gonçalo;

II-oferecer atendimento pedagógico especializado a alunos na Rede Pública Municipal de educação de São Gonçalo;

III-orientar as escolas acerca do processo de inclusão e atendimento pedagógico do aluno com necessidades educacionais especiais;

IV-qualificar os professores da Rede Municipal de Educação de São Gonçalo para o desenvolvimento de ações pedagógicas condizentes com o atendimento destes alunos, seja em salas de recursos, classes especiais ou turmas inclusivas.

A iniciativa de iniciar esforços no sentido de atender à demanda da educação especial no município surgiu em consonância com os fundamentos legais nacionais que desde 1961 expressam interpretações sobre esta área que vem se construindo e ressignificando e ainda está em processo de discussão e disputas.

Na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1961 dois artigos tratavam da educação especial, na época usando o termo “excepcionais”:

“Titulo X –D Educação de Excepcionais :

Artigo 88º-A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.”

O texto vago da legislação “no que for possível” denota o quanto o tratamento do assunto, inclusive na esfera legal deixa lacunas que admitem as mais variadas interpretações, iniciativas ou negligências. O que é “possível” para cada professor, gestor escolar e governante é extremamente variável e dificilmente passível de avaliação, acompanhamento, pesquisa ou fiscalização.

A vaguidade longe de ser uma característica destituída de significado, pode apontar o quanto o tema é desafiador abrigando desde o início de suas tomadas no Brasil, até a presente data uma “insegurança” nas formulações de políticas públicas e na implementação de iniciativas inclusivas no cotidiano escolar.

Atualmente, em 2014 o Colégio Municipal Amaral Peixoto (COMAP) atende, em classes regulares a 12 alunos com necessidades educativas especiais. Os alunos são acompanhados por professoras doc II de apoio especializado. Neste momento, estas profissionais são responsáveis pela inclusão dos alunos na rotina escolar, pelo planejamento e acompanhamento de suas atividades pedagógicas e pelos cuidados de higiene, locomoção e alimentação dentro do espaço escolar. A função de professora de apoio especializado é recente na Rede municipal de São Gonçalo e o primeiro concurso para a função ocorreu em 2011.

A partir do ano de 2011 o Colégio Municipal Amaral Peixoto passou a atender alunos com necessidades educativas especiais, denominados inicialmente na Rede de São Gonçalo como alunos PNEs (portadores de necessidades especiais) atualmente são relacionados como alunos com NEEs (necessidades Educacionais Especiais). No ano de implementação as principais medidas foram a realização de algumas obras no prédio: adaptações no banheiro dos professores para ajustá-lo à usuários de cadeiras de rodas e rampas nos corredores e pátio. Entre os professores houve discussões inflamadas nos horários de recreio demonstrando que as opiniões sobre a inclusão eram variadas.

No primeiro turno, nas turmas de primeiro segmento do Ensino Fundamental onde houve as primeiras matrículas de alunos com NEE, das 17 docentes 5 manifestaram-se abertamente contra a inclusão de NEEs em escolas regulares, defendendo a necessidade de “escolas especiais para um atendimento mais

profissional”, 2 defenderam que a inclusão era possível a partir de suas experiências como docentes em turmas inclusivas na Rede de Niterói. Os outros 10 docentes acompanharam as discussões sem manifestações públicas de posicionamentos.

Embora as iniciativas de criação do Centro de Inclusão Municipal apontassem para o preparo dos educadores para o trabalho com os NEEs, na prática as ações aconteceram sem a construção de um projeto coletivo com a comunidade escolar. Na rede municipal de educação de São Gonçalo as decisões sobre inclusão delinearão-se sem envolver os docentes no processo e sem aparentes compromissos com o que preconiza a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional/LDBEN n°9394/1996, consoante à CF/1988 no que diz respeito ao aperfeiçoamento profissional continuado:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II-Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

V-Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluída na carga de trabalho.

Embora haja dispositivos legais que incentivem as ações de formação continuada para o magistério, não houve desde 2001 até 2014, nenhuma reunião, curso ou capacitação convocada pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação) para discutir, informar ou consultar os docentes da Rede Municipal e do COMAP sobre as mudanças. O único comunicado oficial foi o de que a partir das matrículas dos alunos NEEs os docentes fariam jus à gratificação de 10% sobre seus vencimentos básicos, quando lecionassem em turmas com alunos NEE.

Desde a implementação até a presente data as profissionais mais amplamente envolvidas com as ações da inclusão, extrapolando o papel de mediação são as professoras de apoio especializado que constroem planejamentos, cuidam dos alunos na rotina escolar e comunicam-se com os responsáveis. Com as entrevistas realizadas na instituição, podemos destacar como conclusões até o momento que os cursos realizados visando a formação das professoras de apoio são insuficientes para auxiliar na solução dos dilemas do cotidiano, tais como: qual o papel do professor de apoio? Como as profissionais devem lidar com as demandas de cuidado com higiene e alimentação em alunos com deficiências severas ou múltiplas?

Constatamos que muitas professoras relatam usar suas experiências como mães para suprir as deficiências na formação. Neste contexto onde há uma aproximação frequente entre vida profissional, atividades de cuidado, afetos, demandas por esforços inclusivos, falta de informação, improviso, segue o trabalho das professoras de apoio no COMAP. Observamos que a interpretação da docência tem sido no COMAP uma prática que guarda aproximações com a esfera doméstica e que o trânsito entre o campo profissional e o doméstico ainda é atravessado por complexidades e a escola parece ser vivida como um outro “espaço doméstico” por muitas docentes, no qual ainda há uma expectativa idealizada do lugar social da mulher, como mãe abnegada e cuidadora.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTUNES, Fatima Ferreira e DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Magistério primário: Profissão feminina, carreira masculina, São Paulo. Cadernos de pesquisa, agosto de 1993.

.

BADINTER, E. Um Amor Conquistado: O mito do Amor Materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

CHARTIER, R. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DEMO, Pedro. A Nova LDB: ranços e avanços. 17º ed. São Paulo: Papirus Editora, 2004.

FERREIRA, Rodolfo. O Professor Invisível: imaginário, trabalho docente e vocação. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação- Uma perspectiva pós-estruturalista, Petrópolis: Vozes, 1997.

NEVES, L.O combate dos soldados de Cristo na Terra dos papagaios. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1978.

NÓVOA, Antônio. Profissão Professor. 2ª ed. Portugal: Porto Editora, 1999

SILVA, S. Escola Municipal Amaral Peixoto: uma escola que ensina com amor, Salesiano, Rio de Janeiro, 1990.

VIDAL, Diana e CARVALHO, Marília. Mulheres e magistério primário: tensões, ambiguidades e deslocamentos. In VIDAL, Diana e HILSDORF, Maria Lucia (orgs.) Tópicos em História da Educação. São Paulo: Edusp, 2001.